

Documentação

Fonte: JB

Data: 4/4/2000 Pg. 9

Class. 29

Águas para a vida

CARLOS B. VAINER*

Representantes de mais de 20 países reuniram-se em Curitiba no I Encontro Internacional de Populações Atingidas por Barragens, promovido pelo Movimento Nacional de Atingidos por Barragens. Pode parecer ingenuidade ou radicalismo ecológico tentar preservar nossos rios da destruição provocada pelas barragens. Em todo o mundo, porém – dos Estados Unidos à Índia, da França ao México e à Rússia –, crescem os conflitos e as polêmicas provocados pelos dramáticos impactos resultantes da construção de grandes barragens: inundação de terras férteis, destruição de florestas, alagamento de cidades e infra-estruturas, destruição da ictiofauna, invasão de terras indígenas, deslocamento compulsório de milhares de pessoas. Segundo o Banco Mundial, a cada ano 4 milhões de pessoas são expulsas pela implantação de grandes barragens, engrossando um êxodo que aumenta o desemprego e a miséria urbana.

O Banco Mundial aceitou apoiar a instalação de uma comissão independente, integrada por representantes de ambientalistas, populações atingidas, empresários, governos e técnicos, para avaliar os ganhos e perdas resultantes das barragens já construídas e propor diretrizes para o planejamento, construção, funcionamento e desativação de barragens. É a Comissão Mundial de Barragens, cujo relatório final deverá ser divulgado em agosto.

Somos, após Índia, China, Turquia, Coreia e Japão, o país com maior número de barragens em construção – 42. Aqui se encontram alguns dos maiores lagos artificiais do mundo: Sobradinho (3,970 quilômetros quadrados), Tucuruí (2.430), Balbina (2.360), Serra da Mesa (1.784), Itaipu (1.350). O Plano Decenal de Expansão (1999-2008), da Eletrobrás, projeta o crescimento da capacidade instalada para 104.600.000kw – um crescimento da ordem de 65% em 10 anos. O incremento anual de 4.330.000kw exigirá investimentos de R\$ 8,5 bilhões a cada ano. Estão previstas 156 novas usinas hidrelétricas.

Se a experiência passada serve de conselheira, muitas são as razões para ficarmos alarmados com tão ambicioso plano. Tudo deve ser feito para impedir que se repitam os escândalos que marcaram a história das nossas barragens: escândalos financeiros, tecnológicos, sociais e ecológicos. Os mosquitos da beira do lago de Tucuruí, os erros grosseiros na concepção de Balbina, os graves problemas no reassentamento dos deslocados de Itaparica são apenas alguns exemplos. Conflitos sociais, como no Alto Uruguai e no Médio São Francisco, nos ajudam a lembrar que muitos dos sem-terra do Pontal do Paranapanema eram pequenos produtores expropriados pela construção de grandes barragens.

A reestruturação e a privatização do setor elétrico exigem uma firme regulamentação na área do licenciamento e monitoramento social e ambiental de grandes barragens. Até agora, porém, assiste-se à lenta e gradual desmontagem dos departamentos de meio ambiente das empresas estatais. (a começar pelo já extinto Departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás). A Agência Nacional de Energia Elétrica, responsável pela regulação da geração e distribuição de eletricidade, lava as mãos frente aos aspectos sociais e ambientais. A fragilidade das agências ambientais é conhecida.

As questões envolvidas são muitas e estratégicas: gestão de recursos hídricos, modelo legal-institucional do setor elétrico, matriz energética (produção, distribuição e consumo de energia), privatização do setor elétrico, procedimentos para licenciamento ambiental, papel das diferentes agências governamentais (Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Aneel, Ibama, Agência Nacional de Águas, agências estaduais de meio ambiente, comitês de bacias hidrográficas), padrões de financiamento da expansão da geração de energia elétrica, fontes energéticas alternativas, modelo industrial e urbano eletro-intensivo.

Como serão investidos e por quem serão financiados os R\$ 85 bilhões previstos para os próximos 10 anos? De que maneira serão tomadas as decisões de investimento? Como poderão o Congresso, a sociedade civil e as populações atingidas participar dos processos decisórios referentes a planos e projetos de tão alta repercussão e tão graves riscos? Até quando continuaremos destruindo territórios, deslocando populações, inundando florestas e terras férteis para fornecer energia a preços subsidiados para que japoneses e europeus possam dispor de alumínio barato sem destruir seu meio ambiente? É essa a inserção competitiva que queremos para nosso país?

Não é mais admissível que os destinos de nossos rios, de nossas populações ribeirinhas, de ecossistemas sensíveis como o da Amazônia sejam objeto de decisões tomadas sem qualquer participação da sociedade civil. Em audiência da Comissão de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente e das Minorias, da Câmara dos Deputados, realizada em 5 de setembro de 1999, foi proposta a criação da Comissão Brasileira de Barragens, nos moldes da experiência da Comissão Mundial de Barragens. A aprovação dessa proposta constitui o caminho mais indicado para ampliar e democratizar o debate a respeito de temas tão relevantes. A Comissão Brasileira de Barragens certamente contribuiria para que nossas águas sirvam à vida de muitos, e não aos interesses de poucos.

*Professor da UFRJ